

1 **ATA DA 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ DAS BACIAS DO ALTO**
2 **IGUAÇU E AFLUENTES DO ALTO RIBEIRA**

3 **OBJETO:** Posse dos membros do COALIAR – Biênio 2010-2012, eleição da
4 Mesa Diretora, aprovação da Ata da 9ª Reunião, composição da Câmara
5 Técnica da Revisão do Regimento Interno, apresentação do Projeto Águas do
6 Amanhã pelo jornalista Fábio Costa, Gerente Corporativo de Promoções e
7 Projetos do GRPCom, informes sobre o enquadramento dos rios do Alto Iguaçu
8 e Afluentes do Alto Ribeira, apresentação da UTFPr sobre a contribuição da
9 academia para o COALIAR pela Prof. Stella Maris da Cruz Bezerra, assuntos
10 gerais e encerramento

11
12 Aos dez dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dez, às 09:00 horas, no
13 auditório da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos –
14 SEMA, realizou-se a 10ª Reunião Ordinária do Comitê das Bacias do Alto
15 Iguaçu e Afluentes do Alto Ribeira. O presidente do Conselho Estadual de
16 Recursos Hídricos, Secretário de Estado do Meio Ambiente e Recursos
17 Hídricos Jorge Augusto Callado Afonso, tendo sido verificado o quorum, deu
18 início à reunião cumprimentando os presentes. Em seguida, o Sr. Secretário
19 procedeu a leitura da pauta e solicitou a Sra. Olga Rydygier de Ruediger Polatti
20 que fizesse a leitura da **RESOLUÇÃO Nº 66 CERH/PR, de 01 de dezembro**
21 **de 2010** de nomeação dos membros do Comitê das Bacias do Alto Iguaçu e
22 Afluentes do Alto Ribeira para o terceiro mandato, ressaltando que a medida
23 em que fossem sendo chamados, os membros se identificassem,
24 considerando-se assim nomeados. A Resolução está anexa a esta ata. O Sr.
25 Secretário parabenizou os novos membros ressaltando a importância do
26 Comitê para a gestão dos recursos hídricos na Região Metropolitana de
27 Curitiba, informou que os certificados estavam sendo entregues pela Eng.
28 Carla Mittelstaedt e passou ao **2º item da pauta** que tratava da eleição da
29 mesa diretora. O Sr. Secretário apresentou a única chapa concorrente formada
30 pela Sra. Ingrid Muller, engenheira civil, formada em 1985 pela UFPR, com
31 doutorado também pela UFPR pelo programa de pós-graduação em
32 Engenharia Florestal, presidente da Associação Brasileira dos Recursos
33 Hídricos e conselheira do Conselho Nacional de Recursos Hídricos,
34 concorrendo ao cargo de presidente da mesa, representando o segmento da
35 Sociedade Civil e o Engenheiro João Lech Samek, engenheiro civil formado
36 pela UFPR com Especialização em Auditoria de Recursos Hídricos e Mestrado
37 em Engenharia Ambiental pela *Illinois Institute of Technology*, diretor presidente
38 do Instituto das Águas do Paraná, concorrendo ao cargo de secretário geral da
39 mesa diretora, representando o Poder Público. Por só haver uma chapa
40 concorrendo, o Sr. Secretário consultou a plenária sobre a possibilidade de
41 realizar a eleição por aclamação, e tendo sido aprovada a sugestão procedeu à
42 votação, sendo a chapa eleita pela maioria. Em seguida, o Sr. Secretário
43 passou a condução da reunião para a Presidente eleita, Sra. Ingrid Illich Muller,
44 agradecendo o apoio recebido e destacando que embora sua passagem como
45 Secretário da SEMA tenha sido curta, possibilitou que fossem realizados
46 alguns feitos de relevância. A Sra. Ingrid Illich Muller agradeceu a plenária pelo
47 voto de confiança, passou ao **3º item da pauta** que tratava da aprovação da
48 ata da 9ª reunião ordinária e colocou em votação a dispensa da leitura da
49 mesma por ter sido enviada previamente aos membros. Aprovada a dispensa
50 de leitura, a Sra. Presidente informou que a minuta de ata que estava sendo

51 projetada já continha as alterações encaminhadas pela COPEL e abriu para
52 comentários e sugestões de alteração. O Sr. Mário Bastos argumentou que a
53 sua fala, transcrita na linha 155, não havia sido transcrita com fidelidade e
54 solicitou que se constasse em ata que ele colocou claramente que todas as
55 informações estavam sendo passadas para a população mas que a população
56 sempre quer uma obra diferente das que estão sendo realizadas, quando
57 ocorrem enchentes, e que infelizmente as obras não são complementadas com
58 dispositivos de retenção de sedimentos, com ampliação da mata ciliar e com a
59 real complementação das ações ambientais que devem ocorrer.
60 Complementou observando que as dragagens foram realizadas também sem
61 estudos de impacto ambiental e que somente desta maneira é que ele acredita
62 que as coisas vão funcionar adequadamente. A Sra. Presidente solicitou então
63 ao Sr. Mário Bastos que enviasse a sugestão de alteração por escrito para que
64 a Sra. Olga Polatti alterasse a ata e consultou a plenária em relação a mais
65 alguma observação e não havendo mais contribuições colocou a ata em
66 votação, tendo sido esta aprovada. Em relação ao **4º item da pauta** – definição
67 da composição da Câmara Técnica de Revisão do Regimento Interno a Sra.
68 Presidente comentou que em função da alteração das leis da água do Estado
69 do Paraná e a conseqüente revisão dos decretos que a regulamentam, em
70 especial o decreto que rege os comitês de bacia, era de suma importância que
71 se procedesse à revisão do regimento Interno do nosso comitê, tendo sido
72 instituída na 9ª reunião ordinária a Câmara Técnica de Revisão desse
73 regimento, cuja coordenação ficou a cargo da Sra. Martha Sugai da COPEL.
74 Foi então apresentada uma proposta de composição da Câmara Técnica com
75 dois representantes do Poder Público, dois representantes do setor de
76 Usuários, dois representantes da Sociedade Civil e a Sra. Martha Sugai na
77 coordenação, sendo que pelo Poder Público foi sugerido a Secretaria do
78 Planejamento e um representante de Município, pelo setor Usuários a
79 SANEPAR e a FIEP, pela Sociedade Civil, uma ONG e uma entidade técnica
80 profissional. Neste momento foi feita a ressalva que são as entidades que
81 compõem a câmara e que a posteriori cada uma dessas entidades deveria
82 indicar seus representantes via ofício. O Sr. Enéas Souza Machado, Gerente
83 das Bacias do Alto Iguaçu e Afluentes do Alto Ribeira sugeriu que ao fim da
84 reunião os membros do Comitê entregassem à Secretaria Executiva uma
85 relação com as entidades escolhidas. O Sr. Tadeu D.B.Rzniski propôs que os
86 assuntos tratados nessa Câmara Técnica passassem por uma câmara técnica
87 de assuntos legais. Sobre esse ponto a Sra. Martha Sugai argumentou que no
88 Comitê do Alto Iguaçu não havia Câmara Técnica de Assuntos Legais e
89 Institucionais e que não via necessidade de se criar uma Câmara Técnica para
90 esse assunto no âmbito do Comitê, ressaltou que quando se trata de assuntos
91 que têm um alto teor jurídico é importante a participação de pessoas com
92 formações diferentes incluindo advogados e sugeriu que, pelo seu
93 conhecimento, o Sr. Tadeu D.B.Rzniski fizesse parte da Câmara Técnica de
94 Revisão do Regimento Interno. A Sra. Martha Sugai se posicionou, ainda, a
95 favor de uma diminuição no número de Câmaras Técnicas, a exemplo do
96 comitê do Paraíba do Sul que é um dos comitês mais antigos do Brasil e que
97 conta no máximo com duas câmaras técnicas pelo fato de serem sempre as
98 mesmas entidades que fazem parte dessas Câmaras. A Sra. Martha Sugai
99 aproveitou para convidar os membros do Comitê, não indicados para fazer
100 parte da Câmara Técnica, e que estivessem interessados em participar das

101 reuniões para que participassem do processo, pois se tratava de um processo
102 aberto e destacou que seria importante quando da indicação dos nomes, que
103 fosse indicado um titular e um suplente. O Sr. Jorge Ramon Araujo Mello se
104 posicionou a favor de capacitar a sociedade a fim de que a participação nas
105 Câmaras Técnicas fosse mais democrática e não diminuir o número de
106 Câmaras Técnicas e o Sr. Juliano Bueno de Araujo solicitou que houvesse um
107 intervalo de dez minutos para que as entidades da Sociedade Civil pudessem
108 discutir a indicação de seus representantes. O Sr. Gilson Martins questionou o
109 fato do setor agropecuário não ter sido sugerido como participante da Câmara
110 Técnica ao que a Sra. Presidente explicou que o que havia sido apresentado
111 era somente uma sugestão de composição e que os diversos setores deveriam
112 discutir e eleger as entidades participantes até o final da reunião. A Sra. Martha
113 Sugai explicou que o objetivo da Câmara Técnica é subsidiar o Comitê na
114 tomada de decisão, e que embora o regimento interno defina como sete o
115 número de integrantes, a participação nas reuniões é aberta. O Sr. Paulo
116 Ricardo da Nova, embora representando a agricultura, se posicionou favorável
117 à participação da SANEPAR e FIEP na Câmara Técnica por serem os maiores
118 usuários da Bacia. O Sr. Tadeu D.B.Rzniski sugeriu que a SANEPAR talvez
119 não participasse da Câmara Técnica, abrindo espaço para o setor agrícola ao
120 que Sra. Martha Sugai respondeu falando da importância da participação da
121 SANEPAR pela sua representatividade e que seria necessária a criação de
122 uma massa crítica, conforme falou o Sr. Jorge Ramon Araujo Mello, para que
123 houvesse maior diversidade no processo e reforçou que a participação dos
124 membros das Câmaras Técnicas nas reuniões era de suma importância. A Sra.
125 Martha Sugai também propôs que, com o início de um novo mandato, a pauta
126 do COALIAR fosse alterada, para que não ficasse restrita ao plano de recursos
127 hídricos e sim que fossem apresentadas e discutidas as ações que estavam
128 em andamento na bacia e seu impacto nos recursos hídricos e demonstrou
129 expectativa em relação ao aparelhamento técnico do Instituto das Águas do
130 Paraná para que o Sistema de Gestão de Recursos Hídricos pudesse
131 realmente ser implantado. A Sra. Presidente expressou sua opinião a respeito
132 da importância da participação da SANEPAR na Câmara Técnica e acatou a
133 sugestão de encaminhamento do Sr. Valdir Donizete de Moraes, para que cada
134 setor se reunisse no intervalo para decidir os representantes, passou ao **5º**
135 **item da pauta**, convidando o Sr. Eduardo Felga Gobbi, coordenador técnico do
136 Projeto Águas do Amanhã para proceder a apresentação sobre o projeto. O Sr.
137 Eduardo Felga Gobbi iniciou a apresentação justificando o não
138 comparecimento do Jornalista Fábio Costa, Gerente Corporativo de Promoções
139 e Projetos do GRPCom por motivo de viagem e iniciou a apresentação
140 destacando que o Águas do Amanhã é um projeto idealizado pelo Lupaluna
141 Ambiental e pelo Grupo Paranaense de Comunicação – GRPCOM. Em
142 seguida, o Sr. Eduardo Felga Gobbi discorreu sobre a metodologia, explicando
143 que a proposta era a realização de quatro fóruns para discutir a questão
144 “água”, o primeiro com o governo, o segundo com o setor produtivo composto
145 pela indústria e pela agricultura, o terceiro com a sociedade civil organizada e,
146 por fim, o quarto fórum de discussão com os três setores. Dissertou, ainda,
147 sobre a criação de um portal e sobre a realização de projetos em conjunto com
148 a SANEPAR, PMC e Governo Estadual para a despoluição do Rio Uvu, que é
149 uma sub-bacia do Rio Barigui, e da sub-bacia do Rio Belém, desde suas
150 nascentes até a Av. Cândido de Abreu. Terminada a apresentação a Sra.

151 Presidente agradeceu ao palestrante e abriu para comentários. A Sra. Martha
152 Sugai manifestou sua preocupação pelo fato do Projeto Águas do Amanhã
153 trabalhar isolado do Comitê e o Sr. Jorge Ramon Araujo Mello falou sobre a
154 dificuldade de se achar um espaço na mídia para denúncias de crimes
155 ambientais. O Sr. Juliano Bueno de Araujo comentou sobre a luta do terceiro
156 setor em favor do meio ambiente, da importância da mídia nesse processo e
157 que esperava poder contribuir, como sociedade civil, no Comitê. O Sr. Eduardo
158 Felga Gobbi sustentou que o Águas do Amanhã iria realizar um fórum
159 específico para a sociedade civil bem como publicar um caderno da Gazeta do
160 Povo enfocando a sociedade civil organizada e que o editorial do jornal era
161 independente do Projeto e passou o endereço do blog
162 www.aguasdoamanha.com.br, ressaltando que no momento o sitio não permitia
163 muita interatividade. A Sra. Presidente agradeceu novamente ao Sr. Eduardo
164 Felga Gobbi e passou ao **6º item da pauta** que se referia à apresentação dos
165 estudos de enquadramento das bacias do Alto Iguaçu e Afluentes do Alto
166 Ribeira, convidando o Sr. Enéas Souza Machado, Gerente das Bacias do Alto
167 Iguaçu e Afluentes do Alto Ribeira para proceder a apresentação, a qual
168 encontra-se em anexo. Agradecendo a participação do Sr. Enéas Souza
169 Machado, a Sra. Presidente abriu para comentários. A Sra. Stella Maris da
170 Cruz Bezerra comentou que fazia parte do Comitê da Copa onde estava sendo
171 discutida a aplicação de recursos para a Copa de 2014 e questionou se não
172 seria possível aplicar um percentual desses recursos na despoluição do Rio
173 Belém e de alguns mananciais, sustentando que acreditava ser possível
174 despoluir o Rio Belém a exemplo do que foi feito em outras cidades. Ressaltou
175 que as ações para a despoluição do Rio Belém teriam impacto financeiro na
176 SANEPAR, na prefeitura de Curitiba e na sociedade em geral, mas seria
177 factível de acontecer, talvez já utilizando esses recursos para a Copa de 2014.
178 O Sr. José Luiz Scroccaro colocou que ele era coordenador da Câmara
179 Técnica de Sustentabilidade Ambiental da Copa 2014, e que existia uma
180 possibilidade de se conseguir recursos na área de drenagem e também na
181 área de despoluição de alguns rios, mas que haveria um seminário em 2011
182 para explicar quais os recursos e como poderiam ser aplicados. O Sr. Jorge
183 Ramon Araujo Mello perguntou qual seria a composição das cargas difusas
184 que não seriam consideradas no processo de enquadramento e o Sr. Mario
185 bastos citando o Prof. Carlos Tucci diz ...a qualidade da água pluvial não é
186 melhor que a do efluente de um tratamento secundário. A quantidade de
187 material suspenso na drenagem pluvial é superior à encontrada no esgoto in
188 natura. Como esse volume é mais significativo no inicio das enchentes , como
189 complementa o prof. Tucci investimentos menores podem ser aplicados
190 /investidos na bacia para desvio dessas poluições por sistema by-pass, para
191 desvio das poluições no inicio das enxurradas. O Sr. Mario Bastos ainda
192 discorreu sobre a proteção das encostas e sobre a legislação pertinente com a
193 finalidade de proteção dos mananciais. O Sr. Valdir Donizete de Moraes
194 observou que quando se fala em custo é importante lembrar que não investir
195 na recuperação dos mananciais acarreta em um custo maior, em relação à
196 saúde por causa das doenças de veiculação hídrica, que a falta de cuidado
197 com o meio ambiente está diretamente relacionada a essa questão razão pela
198 qual o Comitê deve ter uma posição firme em relação à qualidade das águas,
199 juntando os esforços das universidades, das prefeituras, do estado e do
200 terceiro setor para que daqui a 20 anos não se discuta os mesmos problemas.

201 O Sr. Júlio Garcia, aluno do doutorado da UNICAMP comentou que os estudos
202 apresentados pelas instituições e pelo próprio comitê deveriam não somente
203 incorporar os custos de implantação de infraestrutura e de recuperação das
204 áreas ambientais, mas também os custos associados pela não aplicação desse
205 investimento. Esclareceu que o comentário foi feito tendo em vista o caso de
206 Nova York que, no fim da década de 80, se deparou com a seguinte decisão de
207 investimento: ou recuperar uma bacia hidrográfica ou fazer uma estação de
208 tratamento e toda a infraestrutura de tratamento. Foram levantados os custos
209 de recuperação e de não recuperação e que a decisão de caráter econômico
210 foi em prol da recuperação dos ecossistemas, gerando uma economia da
211 ordem de 8,5 bilhões de dólares. A Sra. Presidente solicitou ao Sr. Enéas
212 Souza Machado que fizesse suas considerações sendo que ele respondeu que
213 o trabalho de doutorado do Sr. Júlio Garcia seria muito útil na seqüência dos
214 estudos do Alto Iguaçu. Em relação às observações sobre a poluição difusa,
215 explicou que a mesma é composta por matéria orgânica, óleos e graxas,
216 agrotóxicos, fertilizantes e enfim, o que existir na superfície da bacia e que no
217 caso das Bacias do Alto Iguaçu e Afluentes do Alto Ribeira este tipo de
218 poluição será considerado como resultado de eventos críticos e que algumas
219 obras têm sido feitas nessa área, por exemplo, os parques e lagos que vêm
220 sendo feitos pelas prefeituras, as bacias de retenção, mas que para tratar a
221 poluição difusa em sua totalidade, o montante de recursos necessários seria
222 tão alto ou mais do que o necessário para tratar o problema de efluente
223 doméstico e o Estado não tem meios de resolver essa questão à curto prazo,
224 devendo levar, no mínimo vinte anos. Não havendo mais comentários a Sra.
225 Presidente convidou a Sra. Stella Maris da Cruz Bezerra para proceder à
226 apresentação sobre “Algumas possibilidades de interação UNIVERSIDADES e
227 COMITÊ para o desenvolvimento de ações efetivas de gerenciamento de
228 bacias hidrográficas”. Item 7 da pauta. Ela iniciou explicando que faria uma
229 introdução à apresentação de um caso prático realizado na UTFPR,
230 comentando que uma das maneiras que as universidades podem apoiar o
231 Comitê é através do envolvimento de professores e estudantes dos cursos de
232 graduação, sendo no desenvolvimento dos trabalhos de conclusão de cursos,
233 e/ou das atividades complementares, além de outros trabalhos de pesquisa e
234 extensão, tanto nos cursos de graduação como pós-graduação. Em seguida
235 apresentou a Sra. Tamara Van Kaick para que procedesse a apresentação
236 sobre o Projeto Vida à Água, patrocinado pela Petrobrás através do Programa
237 Petrobrás Ambiental, inserido no tema de “Gestão de corpos hídricos
238 superficiais e subterrâneos”, pela Fundação de Apoio à Educação, Pesquisa e
239 Desenvolvimento Científico e Tecnológico da Universidade Tecnológica
240 Federal do Paraná – UTFPR. Este projeto surgiu pela necessidade de urgência
241 de recuperação da qualidade hídrica de trecho do rio Palmital, com a
242 construção de duas Estações de Tratamento de Esgotos por Zona de Raízes
243 como tecnologia alternativa e os detalhes se encontram na apresentação em
244 anexo. Terminada a apresentação a Sra. Presidente agradeceu às Professoras
245 Stella Maris da Cruz Bezerra e Tamara Van Kaick, parabenizando-as pelo
246 excelente trabalho desenvolvido. Na seqüência, após intervalo para articulação
247 entre os diversos setores, foi definida a composição da Câmara Técnica de
248 Revisão do Regimento Interno como segue: Coordenadora: Sra. Martha Sugai,
249 pelo poder público, a Secretária de Estado de Planejamento e um
250 representante do poder público municipal, a serem definidos. Pelo setor dos

251 usuários, ficaram definidos a SANEPAR e FIEP que deveriam encaminhar
252 correspondência indicando os seus representantes, titular e suplente e, pela
253 Sociedade Civil foram definidos a ABES, na pessoa do Sr. Pedro Luiz Franco e
254 como suplente a ABRH na pessoa do Sr. Nicolás Lopardo e representando as
255 ONGs, o Sr. Mario Bastos da CAT Iraí como titular e como suplente o Sr. Valdir
256 Donizete de Moraes da Ecoforça. A seguir a Sra. Presidente passou ao **oitavo**
257 **item de pauta – Assuntos Gerais** e o Sr. Mário Bastos comentou, que no
258 Comitê tem-se discutido a questão de enchentes mas que não se podia deixar
259 de falar sobre as vazões mínimas, vazões de estiagem, que são elementos
260 fundamentais para que se tenha disponibilidade hídrica nas bacias para a
261 preservação ambiental e manutenção das áreas úmidas no entorno das APPs.
262 Ele comentou sobre o fato que grande parte do esgoto de Curitiba vai para a
263 ETE Atuba Sul, situada no rio Atuba causando expressivo passivo ambiental na
264 bacia, devido a baixa eficiência dos sistemas de saneamento, e estudos
265 demonstram que a maior parte dos 4.259 kg de DBO/dia medidos no rio é
266 proveniente da ETE Atuba -Sul. Também que o IAP/SEMA fornecem licença
267 para colocar lodo de ETA misturado a resíduos da construção civil dentro das
268 cavas muito próximas aos mananciais, quando esses resíduos são
269 considerados pela USEPA/USA como resíduos industriais. O Sr. Valdir
270 Donizete de Moraes comentou que as alterações do Código Florestal em
271 discussão no Congresso Nacional são bastante danosas ao Meio Ambiente e
272 que no caso de sua aprovação causariam um retrocesso na legislação
273 ambiental e solicitou que o Comitê enviasse à bancada paranaense um
274 documento se posicionando contra as alterações, sendo que o Sr. Mário
275 Bastos concordou com essa solicitação. O Sr. Enéas Souza Machado sugeriu
276 que uma minuta de moção fosse redigida por um técnico da área florestal e que
277 essa minuta fosse apresentada na próxima reunião do Comitê para ser
278 submetida à votação, uma vez que já não havia quorum e a Sra. Martha Sugai
279 esclareceu que o Conselho Nacional de Recursos Hídricos - CNRH não se
280 manifestou com relação a esse tema por não ser de sua competência, somente
281 colocou que as universidades e os técnicos deveriam ser ouvidos nas
282 decisões, que é isso que a área de recursos hídricos pode fazer, que
283 deveríamos tomar cuidado, para não tomar nenhuma decisão apressada sem
284 um bom conhecimento, tanto do ponto de vista legal quanto sobre o ponto de
285 vista técnico. A Sra. Rosana da Ecoforça perguntou se não seria possível o
286 Comitê solicitar para que fosse adiada a discussão do projeto e o Sr. Jorge
287 Ramon de Araujo Mello pediu a palavra para comentar que o Meio Ambiente
288 deveria ser maior que os interesses econômicos, que os benefícios da
289 preservação são de difícil valoração e que a participação popular no Comitê
290 não deveria ser prejudicada pelo discurso técnico. Fechando a questão do
291 Código Florestal, a Sra. Presidente colocou que qualquer manifestação do
292 Comitê deveria ser através de uma Moção que deveria ser aprovada em
293 reunião e que para se convocar uma reunião extraordinária seriam necessários
294 dez dias, que não haveria tempo hábil antes do prazo de votação no Senado e
295 que, por mais duro que parecesse, não era assunto de competência do Comitê,
296 e sim do Conselho Estadual do Meio Ambiente. Foi então solicitado que, uma
297 vez que o Comitê não poderia se manifestar pelas razões já expostas, que os
298 membros mandassem correspondência à bancada do Estado do Paraná,
299 solicitando o adiamento da votação do novo Código Florestal. Não havendo
300 mais considerações, a Sra. Presidente agradeceu a presença de todos e deu

301 por finalizada a 10ª Reunião Ordinária do Comitê das Bacias do Alto Iguaçu e
302 Afluentes do Alto Ribeira, da qual eu OLGA RYDYGIER DE RUEDIGER
303 POLATTI, técnica do Instituto das Águas do Paraná, lavrei a presente Ata.
304 De Acordo
305
306 João Lech Samek
307 Secretário Geral do Comitê das Bacias do Alto Iguaçu e Afluentes do Alto
308 Ribeira